

CARTA, CAMINHA E DESCAMINHO: O MARCO LITERÁRIO DE INVENÇÃO DO MITO COLONIZADOR

Letter, path and wrong path: the literary landmark of the invention of the colonizing myth

Diego Augusto Gonçalves Ferreira

Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP, Brasil

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Considerada pelos historiadores a primeira fonte escrita da literatura brasileira, a Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil, produzida por Pero Vaz de Caminha (1450-1500), nobre lusitano e escrivão da esquadra portuguesa liderada por Pedro Álvares Cabral (1467-1520), é o marco histórico da invenção europeia do mito de descobrimento do Brasil. Redigida no português quatrocentista do século XV, cuja caracterização é marcadamente descritiva e religiosa, voltada para a exaltação do colonialismo e da cristandade, o texto de 27 páginas narra os eventos que ocorreram entre a chegada dos portugueses à América, em 22 de abril de 1500¹, e a retomada da rota de viagem em direção às Índias, em 02 de maio do mesmo ano. Em formato de diário, Caminha, ex-vereador da cidade do Porto, onde nasceu, e nobre burguês, relatou a Dom Manoel I (1469-1521) suas impressões sobre as novas terras encontradas além-mar. Assinada em 1º de maio de 1500, em Porto Seguro, na Bahia, o texto foi enviado ao monarca português pelas mãos de Gaspar de Lemos, comandante do navio de mantimentos da frota de Cabral²; encontrada em 1773 entre os documentos do Arquivo

¹ “...até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril [...]. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves que chamam fura-buxos” (p. 1).

² “E [Cabral] perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio de mantimentos” (p. 6).

Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, por José de Seabra da Silva (1732-1813), a crônica foi publicada pelo padre Manuel Aires de Casal (1754-1821), em 1817, na sua obra *Corografia Brasília*, uma descrição histórico-geográfica impressa do Brasil dedicada ao então rei português Dom João VI (1767-1826).

Antes de tratar do conteúdo da carta, cujo objetivo é descrever para Dom Manoel aquilo que foi encontrado pelos portugueses, de forma inesperada e surpreendente, no desvio de rota que ocorreu durante a viagem que realizaram, a partir de 9 de março de 1500, à Ásia, é importante recuperar o contexto histórico que emoldurou sua redação. Com a crise do feudalismo na Baixa Idade Média, entre os séculos XI e XV, a migração dos camponeses e fuga do domínio dos senhores feudais produziu uma concentração de servos junto às muralhas das cidades; desligados das relações vassálicas e da economia essencialmente agrícola e pastoril, que sustentou o poder da elite rural do século V ao X, pelo menos, os moradores dos burgos, isto é, das regiões periféricas das cidades medievais, reinventaram suas práticas tornando-se comerciantes e artesãos, trabalhadores livres dedicados à manufatura. O aparecimento dessa classe social, a burguesia, estruturalmente organizada em corporações de ofício, responsáveis não só pelo ensino de um determinado trabalho aos mais jovens, mas também pela defesa dos interesses de um grupo de trabalhadores, e promotora de novas realidades vinculadas ao monetarismo, como a criação de bancos e o avanço da prática usurária, despertou nos reis, que até então desempenhavam um papel político representativo, o interesse de minar a autoridade dos senhores feudais e concentrar em si a efetividade de um poder absoluto.

Estabelecendo uma aliança com a burguesia mercantil em ascensão, por meio da qual favorecia-se economicamente o burguês ao mesmo tempo que se recebia dele apoio político incondicional, o rei centralizou o poder que antes estava distribuído entre os suseranos dos feudos em suas mãos. E não somente o poder político fora reunido na figura do monarca; as terras, que durante toda a Idade Média permaneceram divididas e sediaram comunidades econômica e politicamente autossuficientes, passaram por uma unificação que deu origem aos Estados Nacionais Modernos, isto é, aos países. Vale ressaltar que esse processo ocorreu de forma heterogênea nas diferentes regiões da Europa, porque dependeu de fatores religiosos: a expulsão dos mouros, africanos convertidos ao Islamismo, dos territórios da Península Ibérica, a partir do século XIII, e também permitiu a formação do Reino de Portugal e o pioneirismo desse país nas navegações transoceânicas, por exemplo; de outra parte, a Inglaterra demorou mais tempo para se unificar e desbravar o oceano devido às contendas

envolvendo os católicos e os protestantes, anglicanos e puritanos, que surgiram a partir da reforma religiosa do rei Henrique VIII (1491-1547). Com a decadência da aristocracia rural e do sistema feudal, o absolutismo monárquico precisou inventar um sistema econômico que subsidiasse e fortalecesse essa proposta política centralizadora, criando, então, o mercantilismo.

Caracterizado pelo controle do Estado, ou seja, do rei sobre a economia, o mercantilismo visava o acúmulo de riquezas, especialmente de metais preciosos, em vista da ampliação do poder monetário da coroa, já que o poder político era garantido pela teoria do direito divino. Sustentada por filósofos do século XVI e XVII, dentre os quais se destacava o teórico francês Jean Bodin (1530-1596), a teoria do direito divino fundamentava a permanência do monarca no trono e sua atuação jurídica na vontade de Deus, de sorte que todo e qualquer questionamento a sua pessoa e governança era inaceitável. As estratégias de ação do mercantilismo europeu, além de outras coisas, contemplavam a busca por novas colônias de exploração nos continentes africano e asiático (colonialismo), a captura de mão-de-obra para o trabalho escravo (escravismo) e a acumulação de ouro e prata na metrópole (metalismo). Nesse contexto ambicioso em que as Monarquias Nacionais da Europa se lançaram na corrida para encontrar territórios dos quais escravos pudessem extrair ouro e prata, especialmente, vencendo inclusive o medo criado pelo imaginário religioso medieval no que diz respeito ao oceano e às navegações em nome do acúmulo de riquezas, é que Portugal se aventurou na expansão marítima dos séculos XVI e XVII.

Favorecidos pela localização geográfica estratégica de Portugal no extremo oeste do Velho Mundo e pelas técnicas orientais de navegação, trazidas para a Península Ibérica pelos árabes que circularam da Ásia para a Europa, através da borda do deserto do Saara, o Sahel, tais como a cartografia, a bússola e o astrolábio, os portugueses empreenderam sucessivas viagens na direção das Índias, desde o final do século XV. Fugindo do controle alfandegário que as cidades italianas de Gênova e Veneza impunham aos comerciantes que atravessavam o Mar Mediterrâneo, uma vez que se tornaram grandes centros mercantis durante o renascimento comercial da Baixa Idade Média, Portugal projetou chegar à Ásia navegando pela costa atlântica do continente africano. Desde 1488, com a viagem realizada pelo navegador Bartolomeu Dias (1450-1500) que conseguiu dobrar o Cabo da Boa Esperança, passando pela viagem liderada por Vasco da Gama (1469-1524), em 1497, quando os navios portugueses contornaram o sul da África, até chegar à viagem da armada de Cabral, em 1500,

os lusitanos se esforçaram por levar a termo o propósito de colonizar terras, escravizar pessoas e extrair riquezas para a consolidação do poder econômico absolutista. Dominando sucessivos territórios africanos, tanto no litoral quanto no interior, os portugueses alcançaram a Ásia, e acabaram achando, intencional ou acidentalmente, a América.

Imbricada a este cenário político-econômico favorável ao acirramento das disputas monárquicas europeias por territórios, riquezas e poder noutros continentes está a crise dos paradigmas religiosos católicos graças às investidas reformadoras iniciadas por Martinho Lutero (1483-1546), na Alemanha, e ampliadas, na França e na Inglaterra, por João Calvino (1509-1564) e Henrique VII, por exemplo. Frente ao declínio de sua hegemonia devido às contestações da doutrina e da moral e às rupturas institucionais promovidas pelos protestantes desde o início do século XVI, a Igreja católica se viu obrigada a elaborar estratégias para minimizar os impactos desse movimento e reverter os desfalques causados pelos (in)fiéis que abandonaram as fileiras romanas e passaram a integrar a Igreja reformada. Garantindo sua soberania na Península Ibérica, por conta das cruzadas, o catolicismo espanhol fez surgir um grupo de “soldados da fé”, interessados em combater as heresias protestantes e catequizar os gentios: os padres jesuítas. Fundada por Inácio de Loyola (1491-1556), em 1534, a Companhia de Jesus se aproveitou das expansões marítimas para realizar a conversão dos povos colonizados pelos reinos católicos da Europa, retardando o processo de assimilação dos ideais protestantes nos demais continentes.

Inserida neste contexto histórico, a Carta de Caminha está carregada de uma linguagem heroico-predatória e religiosa que exprime a visão de mundo e as intencionalidades que os colonizadores portugueses tinham em relação aos povos conquistados. Obedecendo ao gênero literário diário em que as narrativas são marcadas por limites cronológicos sucessivos bem definidos, a carta é estilisticamente formal e revela uma percepção historiográfica refinada por parte do autor que se preocupa em relatar os acontecimentos de maneira encadeada e lógica. Depois de situar o destinatário de seu texto no itinerário realizado pela esquadra de Cabral, o Capitão-Mor, de Belém até o alto e redondo Monte Pascoal no litoral baiano, o escrevente apresenta as características dos nativos da Terra de Vera Cruz e como seu deu o primeiro contato com eles³. A sacralidade atribuída ao território

³ “Nesse dia [22/04], a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz” (p. 1).

pela cultura religiosa dos colonizadores, evidenciada pelos nomes que deram ao monte e à terra, aludindo à cruz de Cristo e a sua Páscoa, foi logo maculada pela visão daqueles sete ou oito homens que caminhavam nus pela praia⁴: embora o local se assemelhasse ao Edem paradisíaco, os nativos não apresentaram a civilidade e delicadeza esperada de quem habita o céu.

A primeira, e talvez a única, forma de comunicação dos colonizadores com os futuros colonizados foi comercial, já que não foi possível uma interação linguística minimamente humanizada; a troca de objetos realizada no primeiro contato dos portugueses com os nativos inaugurou, por meio do escambo⁵, o longo e bárbaro processo de exploração das riquezas naturais brasileiras e de subjugação das populações originárias, evidenciando aquilo que se concretizou ao longo da história colonial: as relações econômicas sobrepuseram-se às relações humanas, determinando a divisão da sociedade em pelo menos dois grupos, os exploradores/catequizadores e os explorados/catequizados. O ideal mercantil de colonização era tão fundamental para os portugueses naquele momento histórico, que a consciência deles estava determinada por uma visão romancista da exploração, a ponto de concluírem que os próprios nativos, mesmo sem estabelecer uma comunicação verbal assertiva, entenderam e compactuaram com os interesses dos colonizadores⁶: tidos como seres inocentes e prontos para colaborar com a empresa colonialista portuguesa, os nativos não se interessaram pelos animais da cultura pecuarista doméstica nem pelas iguarias da culinária apresentadas pelos europeus, mas queriam adereços, como um rosário de contas brancas⁷, por exemplo, pelos quais dariam ouro em troca.

A descrição do desejo dos explorados por este artefato religioso, o rosário, é paradigmático porque representa não só as relações econômicas de escambo que prevalecem nos primeiros contatos dos nativos com os portugueses, mas também revela um movimento

⁴ “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” (p. 2).

⁵ “Somente deu-lhes [Nicolau Coelho] um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira” (p. 2).

⁶ “Porém um deles [dos nativos] pôs olho no colar do Capitão, e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata” (p. 3).

⁷ “Viu um deles [dos nativos] umas contas do rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo” (p. 3).

de apropriação cultural inconsciente: é como se o colonizado quisesse, implicitamente, abraçar a fé cristã, criando no explorador a obrigação de moral de catequizá-lo, de conduzi-lo à “verdadeira fé”. No relato, Caminha fala desse episódio como se estivesse narrando a captura de um escravo que é algemado, já que o nativo colocou o rosário ao pescoço e depois enrolou-o no braço, gesto que evidenciou para o explorador a aceitação intuitiva da futura catequese jesuítica por parte do explorado, mas que significou, realmente, uma tentativa de destruição da cultura e da religiosidade indígenas em detrimento do eurocentrismo e da cristandade representados pelas cruzes que as próprias naus ostentavam logo na chegada das embarcações e que foram penduradas, como jugo de dominação simbólica, no pescoço dos nativos⁸.

Os portugueses se interessaram por entender a forma de vida e organização dos nativos desde que chegaram ao Brasil, e usaram o escambo para facilitar a aproximação e o contato com as tribos⁹. Enquanto a grande maioria da tripulação permaneceu nas embarcações, dois ou três exploradores mantiveram um contato mais estreito com os indígenas na praia, trocando com eles todo o tipo de produto ao mesmo tempo que aproveitaram para observar sua aparência e seus costumes, sem com isso estabelecer algum entendimento por meio da fala¹⁰. Embora analisassem a cultura daquele povo, os portugueses não foram capazes de entendê-la e respeitá-la, promovendo, como primeiro ato público no novo território por eles invadido, a celebração de uma missa. Na percepção romântica do redator da Carta, mesmo os nativos ouviram a missa com prazer e devoção¹¹, ao término da qual o frei franciscano padre Henrique de Coimbra (1465-1532), representando o poder espiritual, validou com sua pregação a ação do poder temporal monárquico atestando o achamento da terra como um propósito divino: a dominação político-econômico-cultural do Brasil, portanto, fundamentou-se no discurso sobre a necessidade da catequização, de sorte que os portugueses, entendendo-se linguisticamente, justificaram religiosamente o silêncio dos nativos. Não podendo compreender a tragédia cultural que aquela missa inaugurou para

⁸ “E, acabada a pregação, como Nicolau Coelho trouxesse muitas cruzes de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda, houveram por bem que se lançasse a cada um [dos nativos] a sua ao pescoço” (p. 12).

⁹ “E [O Capitão] mandou com eles [os nativos], para lá ficar [na tribo], um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras” (p. 4).

¹⁰ “Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém” (p. 5).

¹¹ “A qual [a missa], segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção” (p. 5).

a sua tradição religiosa, os nativos se manifestaram, se não pela fala, com saltos e danças¹² que podem ser entendidos como formas de resistência à imposição cultural que se iniciara.

É interessante notar que as impressões amáveis que os portugueses tiveram dos nativos nos primeiros dias, transformou-se em aversão já que eles não colaboraram com o interesse metalista dos exploradores¹³: sem confirmar a existência de ouro na terra invadida, os explorados passaram a ser chamados de folgados, rudes como animais da montanha, gente bestial, ignorante e esquiva¹⁴. Permeada por narrativas sobre os escambos que eram realizados na tentativa de encontrar alguma fonte aurífera, a Carta se dedica a contar sobre como, de fato, viviam os nativos a partir do momento em que, segundo Caminha, o navegador Diogo Dias (1450-1500), acompanhado por outros dois portugueses, conseguiu entrar numa das aldeias: os poucos relatos a respeito da fauna e da flora brasileira, da moradia e de alguns costumes indígenas são suficientes para mostrar o nível de interesse dos portugueses também nos recursos naturais¹⁵ e na mão-de-obra dos nativos. Do ponto de vista cultural, tidos como incivilizados já que não tinham as mesmas práticas morais, religiosas, políticas e econômicas dos europeus¹⁶, os indígenas foram encarados pelos exploradores como seres que precisavam ser hominizados e cristianizados¹⁷. À revelia de sua consciência, o nativo foi levado a beijar a cruz¹⁸ que tinha sido construída para ser fincada no novo território de domínio português, sem com isso entender que o ósculo trazia consigo o amargor da exploração econômica, da escravidão e da imposição cultural.

¹² “E, depois de acabada a missa, assentados nós [portugueses] à pregação, levantaram-se muitos deles [os nativos], tangeram corno e buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço” (p. 5).

¹³ “Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejávamos saber se na terra havia” (p. 7-8).

¹⁴ “...tomavam logo uma esquividade como de animais monteses. [...] do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva” (p. 8).

¹⁵ “Resgataram [os portugueses] lá por cascavéis e por outras coisinhas de pouco valor, que levavam [os nativos], papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos e carapuças de penas verdes, e um pano de penas de muitas cores, maneira de tecido assaz formoso, segundo Vossa Alteza todas estas coisas verá, porque o Capitão vo-las há de mandar, segundo ele disse” (p. 10).

¹⁶ “Eles [os nativos] não lavram, nem criam. Não há boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessas sementes e frutos, que a terra e as árvores de si lançam” (p. 11).

¹⁷ “Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença” (p. 11).

¹⁸ “A esses dez ou doze [nativos] que aí estavam, acenaram-lhe que fizessem assim, e foram logo todos beijá-la [a cruz]” (p. 11).

Frustrado por não descobrir se havia ouro na terra¹⁹, Caminha concluiu seu relato a Dom Manoel narrando a missa que foi celebrada por ocasião do chantamento da cruz com as insígnias da Coroa portuguesa no Brasil. Novamente o tom romancista do explorador tomou conta do relato, fabulando a convivência dos nativos em relação ao ato litúrgico estranho a sua cultura religiosa e à própria conquista territorial²⁰. Sob o signo da cristandade, à maneira das conquistas realizadas pelas cruzadas medievais, o escrevente terminou sua descrição sobre o achamento do Brasil afirmando que a empreitada mais importante dos portugueses nesta nova terra deveria ser a conversão dos nativos²¹ ao cristianismo, substituindo a finalidade do discurso mercantilista que predominou ao longo de toda a Carta por um objetivo espiritual contra reformista. Assim, a ganância por metais preciosos, que evidencia a inescrupulosa dinâmica político-econômica de construção das monarquias europeias a partir do século XVI, e o movimento proselitista incitado pelo catolicismo em crise depois da reforma protestante, forjaram o mito de descobrimento do Brasil canonizado pela Carta de Pero Vaz de Caminha.

Constituindo um dos documentos mais importantes da literatura histórica do Brasil, senão o mais relevante por se tratar do primeiro registro escrito produzido em solo brasileiro, a Carta reflete a visão de mundo do explorador sobre os eventos narrados, devendo ser lida a partir do contexto ideocultural em que foi redigida. Numa perspectiva histórica, o conteúdo da correspondência de Caminha ao rei português, que favorece uma visão romantizada da chegada dos exploradores europeus à América e do início da empresa colonial no Brasil, precisa ser confrontado com o olhar dos nativos a respeito dos mesmos fatos que são contados nele. Como inexistem fontes históricas que colaboram para saber como os indígenas viveram e interpretaram a invasão de suas terras em 1500, é fundamental um esforço historiográfico para deduzir das posturas exploratória, escravista e proselitista assumidas pelos portugueses e presentes na narrativa de Caminha como os nativos foram afetados pelo “descobrimento” do Novo Mundo. A leitura da Carta, que valida o direito de fala do português, deve problematizar a literatura eurocêntrica e religiosa que se consolidou ao longo da história

¹⁹ “Nela [na terra], até agora, não pudemos saber que haja ouro nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos” (p. 13).

²⁰ “E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles [os nativos] se levantaram conosco e alcançaram as mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas” (p. 12).

²¹ “Porém o melhor fruto, que nela [na terra] se pode fazer, me parece que será salvar esta gente” (p. 13).

como fonte única de conhecimento científico e provocar um interesse por retirar do silêncio os explorados, buscando, ainda que anacronicamente, recuperar as narrativas que foram e são caladas pelo monopólio cultural dos exploradores que detém o poder político-econômico, especialmente quando justificam suas práticas colonizadoras em nome de alguma fé.

DADOS DE AUTORIA

Diego Augusto Gonçalves Ferreira

Mestrando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE-UNICAMP - Departamento de Filosofia e História da Educação - DEFHE, Linha de Pesquisa: Filosofia, Educação e Direitos Humanos; Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação: Paideia), bacharel em Filosofia pela Faculdade Católica de Pouso Alegre (2013), licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (2019), licenciado em História pelo Centro Universitário Faveni (2020), e licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional Uninter (2021). Atua como professor da Educação Básica, lecionando Filosofia e História, além de trabalhar como Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental. E-mail: diego_augustogf@hotmail.com | Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7508-7660>.